

Educação, Neoliberalismo e Infâncias

Education, Neoliberalism and Childhood

Ketlin Braatz

Celso Kramer

Universidade Regional de Blumenau (FURB)

Santa Catarina-Brasil

Resumo

A presente pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação, Mestrado, da Universidade Regional de Blumenau (PPGE-FURB). A pesquisa tem como objetivo refletir sobre a constituição das infâncias inseridas no contexto neoliberal, à luz da filosofia das infâncias. A pesquisa problematiza as infâncias delineadas, progressivamente, pelo pensamento neoliberal, com impactos também na educação. A pesquisa está situada no campo da Educação e segue os critérios de uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, sendo uma pesquisa exploratória conceitual. A pesquisa centrou-se, também, na reflexão acerca da educação infantil, transitando pelo neoliberalismo e por filosofias das infâncias. Os principais autores utilizados são Kohan, Larrosa e Deleuze, que embasam as discussões sobre as infâncias. Foucault, Laval e Gadelha embasam as discussões sobre o neoliberalismo, educação e infâncias. A pesquisa visa contribuir com os estudos sobre as infâncias, filosofia das infâncias e o debate das infâncias frente ao neoliberalismo.

Palavras-chave: Educação; Filosofias das Infâncias; Neoliberalismo.

Abstract

This research was developed in the Graduate Program, Masters, at the Regional University of Blumenau (PPGE-FURB). The research aims to reflect on the constitution of childhoods inserted in the neoliberal context, in the light of the philosophy of childhoods. The research problematizes the childhoods outlined, coincident, by neoliberal thinking, with impacts also on education. The research is located in the field of Education and follows the criteria of a bibliographical research, with a qualitative approach, being a conceptual exploratory research. The research was also centered on the reflection on early childhood education, transiting through neoliberalism and childhood philosophies. The main authors used are Kohan, Larrosa and Deleuze, who base the discussions on childhoods. Foucault, Laval and Gadelha underpin discussions on neoliberalism, education and childhood. The research aims to contribute to studies on childhood, philosophy of childhood and the debate on childhood in the face of neoliberalism.

Keywords: Education; Philosophies of Childhood; Neoliberalism

1. Introdução

As motivações para esta pesquisa envolvem muitos fatores, embora o principal interesse seja buscar a filosofia para discutir as infâncias e o neoliberalismo. Estes conceitos muitas vezes são discutidos em contextos separados, como se fossem independentes. Porém, eles se imbricam, pois estão diretamente interligados, já que as estratégias do neoliberalismo atuam diretamente sobre a educação e sobre as infâncias. Neste sentido, a pesquisa tem como objetivo refletir sobre a constituição das infâncias inseridas no contexto neoliberal, à luz da filosofia das infâncias, no sentido de pensar em espaços de educação frente a este modelo e problematiza as infâncias que se delineia em um país e um mundo que, progressivamente, se alinha com o pensamento neoliberal que, sabidamente, interfere e se relaciona de forma dinâmica com a educação, pois ela é parte do contexto social e cultural.

Analisando os estudos desenvolvidos com base na filosofia das infâncias, principalmente em Kohan, Larrosa e Deleuze, percebe-se que as infâncias são construídas em um processo coletivo, uma relação com o outro, pedagógica e socialmente. Sendo assim, um primeiro passo foi realizado: perceber que a escola é social e viver socialmente é experiência com o outro e suas diferenças; mas, também, encontrar possibilidades para que as infâncias não sejam institucionalizadas e nem padronizadas pelos regimes de sequestro ou governamento, como o modelo neoliberal de educação, para que ela seja socialmente reconhecida pela sua potência de ser infante.

As grandes descobertas, como as falas, experimentações, relações, criações, questionamentos, começam nas infâncias. Estes movimentos não são parte somente das infâncias, pois são características do ser humano, da vida como tal. Por esses motivos, acreditamos que as infâncias merecem e devem ser de liberdade, já que, desde o nascimento, elas estão descobrindo e criando possibilidades. O neoliberalismo, por sua vez, favorece um relacionamento individualista com o outro, uma lógica de competitividade, própria à lógica de mercado do sistema econômico. Assim ocorre uma transformação do cotidiano das pessoas na sociedade, deslocando-se para uma visão de mercado, de produtividade, própria do sistema econômico lucrativo. Com as investidas de grupos econômicos articulados sobre o Estado, as políticas públicas passam a se ajustar a este modelo. A educação faz parte destas transformações sociais e as infâncias também. O novo pensamento sobre as infâncias passa a ser de que, quanto mais cedo as pessoas estiverem preparadas para o mercado, mais sucessos terão na vida.

Com o olhar diferenciado da filosofia, as infâncias podem significar uma maneira própria da experiência existencial, podendo habitar diferentes lugares, tempos e idades. Questiona-se, assim, à luz das leituras em torno da filosofia das infâncias, o modo como o currículo dos cursos de Licenciatura em Pedagogia olha para as infâncias. Percebe-se que, neste contexto, as infâncias são vistas em torno da criança como um ser do porvir, carente, incompleto, receptivo, com necessidade de ser preenchido/conduzido. Isto se verifica tanto reparando na formação deste curso quanto nas experiências profissionais, ouvindo relato das educadoras sobre sua formação e a dificuldade que sentem de ler e refletir sobre a filosofia. Tal visão parece demasiado limitada, incapaz de tanger o devir-infância que se explicita na plenitude da criança. Neste sentido, esta pesquisa se justifica por buscar contribuir com os estudos em educação, colocando em questão a visão quase iluminista de infância que predomina na Pedagogia. Nela, em muitos casos, ainda predomina um pensamento apenas de necessidade e cuidado em torno da criança, desconhecendo as profícuas reflexões da filosofia das infâncias. Considere-se, entretanto que, em muitos espaços de educação, haja novas concepções de educação e de infâncias atuando como plenitude no devir-infância para ampliar as experiências na educação, com um olhar focado para as infâncias a partir da filosofia ou para a filosofia a partir das infâncias. Em geral, na graduação essa perspectiva não é abordada. Por isso, a importância de profissionais de pedagogia adentrar/pesquisarem na filosofia, para aproximar este campo com as instituições de Educação Básica.

2. População, Biopolítica e Governamentalidade

Considerando-se os trabalhos de Foucault, pode-se compreender o neoliberalismo a partir das noções de governamentalidade, biopolítica e população, pois a constituição do modelo neoliberal é demarcada pelos processos de normalização biológica dos seres humanos. Estes conceitos serão desenvolvidos a partir de alguns textos de Foucault.

Embora não sejam muitos os textos de Foucault dedicados ao neoliberalismo, o curso ministrado no Collège de France, no ano de 1978-1979, faz um bom exame da temática. Antes de abordar o neoliberalismo é relevante explorar os temas que Foucault desenvolveu em dois cursos anteriores, com foco no curso Segurança, Território e População, como os conceitos de biopolítica, de população e de governamentalidade.

Foucault realiza seus estudos acompanhando os movimentos históricos. Assim ele busca elucidar como era exercido o poder no modelo de Soberania, no qual o soberano

mantinha o poder sobre a vida e a morte dos seus súditos. Nesse sentido, o poder do soberano era exercido como um direito político sobre a vida dos súditos. Ao longo do século XVII e XVIII o modelo da Soberania vai enfraquecendo, entrando em declínio. Em seu lugar, o modelo Disciplinar, de biopoder, vai se constituindo. O novo modelo do direito não se centra em matar, mas em regular e manter a vida, ou seja, a biopolítica, tendo em sua ação o biopoder que difere do poder de soberania, já que: “O direito de soberania é, portanto, o de fazer morrer ou deixar viver. E depois, este novo direito é que se instala: O direito de fazer viver e de deixar morrer” (FOUCAULT, 2008a, p. 287).

Segundo Foucault (2008a), no século XVIII, com as modificações nos modelos de poder, constitui-se o que ele chama de arte de governar, que se caracteriza pela instauração de mecanismos que assinalam a razão do Estado, não tanto para assegurar seu crescimento, mas sim, limitar o Estado no interior do exercício do poder de governar. Governar sobre a biopolítica é uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, enquanto biológico.

Sobre as novas formas de governar, alguns conceitos são desenvolvidos por Foucault, como poder disciplinar, biopoder, biopolítica e governamentalidade. Estes conceitos ajudaram a entender a transição do Estado Soberano para as novas formas de governar na Modernidade.

No livro *História da Sexualidade - Vol. I, A Vontade de saber*, Foucault desenvolve o conceito de população, o que implicou numa modificação nas técnicas de poder, desenvolvida no século XVIII. Com relação aos problemas econômicos e políticos, percebeu-se que não é com o “povo” e sim com uma “população” que se lida na arte de governar.

A população torna-se o objeto político da arte de governar nascente na Modernidade, ou seja, “a população nesse sentido, é pertinente como objetivo, e os indivíduos, as séries de indivíduos, os grupos de indivíduos, a multiplicidade dos indivíduos, não vai ser pertinente como objetivo” (FOUCAULT, 2008a, p. 56). Sendo assim, governar “vai ser simplesmente pertinente como instrumento, intermédio ou condição para obter algo no nível da população” (FOUCAULT, 2008b, p. 56).

A noção de população que vai se constituindo na modernidade faz com que exista uma administração sobre os comportamentos. Ela também vai ser considerada uma força produtiva para o crescimento econômico. Já o povo é aquele que questiona essa gestão sobre a população como não sendo parte deste “sujeito-objeto”, ou seja, se recusa a ser população

e problematiza o sistema (FOUCAULT, 2008b). Para que o governo da população funcione é necessário pensar em mecanismos de controle que abrangem uniformemente todos os sujeitos, promovendo a formação de corpos que garantam o crescimento econômico, ou seja, “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2014, p. 134).

O poder disciplinar, conforme desenvolvido em *Vigiar e Punir*, é um poder produtivo que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior disciplinar, docilizar, “[...] o corpo é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (FOUCAULT, 2014, p. 134).

O poder disciplinar se manifesta em dispositivos disciplinares, nos espaços de ação e controle dos indivíduos que nele se inserem. O poder disciplinar se alimenta de diversos dispositivos de disciplinamento, principalmente em escolas, hospitais e fábricas, adestrando os corpos dos indivíduos guiados por regras. Como cita Foucault:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente (FOUCAULT, 2014, p.135).

O sujeito é envolto nas disciplinas que fabricam indivíduos, “o corpo humano entra numa maquinaria de poder que esquadrinha, o desarticula e o recompõe” (FOUCAULT, 2014, p. 135). Esse poder disciplinarizado ganha espaços nos modelos econômicos, sinalizando a necessidade de uma regulamentação dos corpos. Assim, “a disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)” (FOUCAULT, 2014, p. 135-136). Foucault, na questão biopolítica, designa o movimento segundo o qual, a partir do século XVIII, a vida biológica começa a se converter em objeto da política. Com isto, a vida biológica passa a ser produzida e administrada com a particularidade de que, mesmo sendo objeto de normalização, a vida biológica nunca fica exaustivamente retida nos mecanismos que pretendem controlá-la, pois sempre os excede e deles, por fim, escapa (CASTRO, 2009).

No século XVIII constitui-se o que Foucault chama de arte de governar. Ela se caracteriza pela instauração de mecanismos que assinalam a razão do Estado, não tanto para

assegurar seu crescimento, mas sim, limitar do interior o exercício do poder de governar. Esse poder de governar sobre a biopolítica é uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, biológico (FOUCAULT, 1979).

O termo biopolítica, desenvolvido por Foucault, apresenta-se como uma tecnologia que tem mecanismos que atuam na regulação dos corpos com a intenção de governar a população, tanto o corpo individual, quanto o social. A biopolítica nasce como uma forma de poder que se exerce sobre os fenômenos da vida, “são fenômenos coletivos, que só aparecem com seus efeitos econômicos e políticos, que só se tornam pertinentes no nível da massa” (FOUCAULT, 2008b, p. 293).

As práticas de biopolítica são citadas por Foucault como mecanismos de segurança, mas também de normalização, e são denominadas tecnologias do poder. Para o autor, esses modos de produção da vida são ferramentas de governo que permitem, “levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação” (FOUCAULT, 2008b, p. 294).

Os fenômenos que a biopolítica produz não ocorrem meramente em instituições de assistência (que existem faz muito tempo), mas são mecanismos que vão moldando a sociedade de formas muito mais sutis - economicamente muito mais racionais do que a grande assistência, a um só tempo maciça e lacunar, que era essencialmente vinculada à Igreja - mas que, aos poucos, vão refletindo como dispositivos de segurança que trabalham, fabricam e organizam a vida da sociedade (FOUCAULT, 2008b).

Todos esses mecanismos que foram se intensificando historicamente são fundamentos de uma arte de governar já citada anteriormente. Foucault desenvolve primeiramente o sentido histórico sobre o governar. Para compreender melhor esse modo de governar, ele faz várias relações, sobretudo com o exemplo do pastorado.

Primeiro, vamos nos situar brevemente na própria história da palavra, num período em que ela ainda não havia adquirido o sentido político, o sentido estatal que começa a ter de forma rigorosa nos séculos XVI-XVII. Valendo-nos simplesmente de dicionários históricos da língua francesa, o que vemos? Vemos que a palavra "governar" abrange, na realidade, nos séculos XIII, XIV e XV, uma massa considerável de significados diversos. Primeiro, encontrarmos o sentido puramente material, físico, espacial de dirigir, de fazer ir em frente, ou até o sentido de a própria pessoa ir em frente num caminho, numa estrada. 'Governar' é seguir um caminho ou fazer seguir um caminho. Vocês encontraram um exemplo disso em Froissart, num texto como este: 'um [...] caminho tão estreito que [...] dois homens nele não poderiam governar-se', isto é, não poderiam andar lado a lado. Tem também o sentido material, porém muito mais amplo, de sustentar assegurando a subsistência (FOUCAULT, 2008b, p. 162-163).

Em seguida Foucault apresenta os vários modos de compreensão sobre a arte de governar, demonstrando que “o objeto do governo, aquilo sobre o que recai o ato de governar, não são os indivíduos” (FOUCAULT, 2008b, p. 165). Nesse sentido, a arte de governar segue uma racionalidade estatal, ou seja, o objetivo é “desenvolver esses elementos construtivos da vida dos indivíduos, de tal forma que seu desenvolvimento reforce também a potência do Estado” (FOUCAULT, 1990, p. 383).

Com o desenvolvimento da palavra governar na história, ela adquire o sentido de “conduzir alguém” (FOUCAULT, 2008b), desde uma religião, uma profissão que conduz os sujeitos a um regime; “[...] ‘governar’ pode querer dizer ‘impor um regime’, impor um regime a um doente: o médico governa o doente, ou o doente que se impõe certo número de cuidados se governa” (FOUCAULT, 2008b, p. 163. Aspas no original). Essa arte de governar está inserida em todas as relações.

Vemos que a palavra ‘governar’, antes de adquirir seu significado propriamente político a partir do século XVI, abrange um vastíssimo domínio semântico que se refere ao deslocamento no espaço, ao movimento, que se refere à subsistência material, a alimentação, que se refere aos cuidados que se podem dispensar a um indivíduo e a cura que se pode lhe dar, que se refere também ao exercício de um mando, de uma atividade prescritiva, ao mesmo tempo incessante, zelosa, ativa, e sempre benévola. Refere-se ao controle que se pode exercer sobre si mesmo e sobre os outros, sobre seu corpo, mas também sobre sua alma e sua maneira de agir (FOUCAULT, 2008b, p. 164).

A governamentalidade pressupõe as noções de biopoder e de biopolítica. Os três também se articulam ao conceito de população. O biopoder atua pelo dispositivo da disciplina e da sexualidade, atuando sobre o corpo dos indivíduos, constituindo-os e, ao mesmo tempo, controlando-os, tornando-os economicamente ativos e politicamente dóceis. Nesse sentido, “tendo na economia e no mercado sua chave de decifração, seu princípio de inteligibilidade, trata-se de uma governamentalidade que busca programar estrategicamente as atividades e os comportamentos dos indivíduos” (GADELHA, 2009, p. 177-178). São tecnologias que atuam tanto ao nível do corpo, da subjetividade, quanto dos referenciais de identidade e de sensibilidade, “trata-se, em última instância, de um tipo de governamentalidade que busca programá-los e controlá-los em suas formas de agir, de sentir, de pensar e de situar-se diante de si mesmos, da vida que levam e do mundo em que vivem” (GADELHA, 2009, p. 178).

As infâncias, enquanto experiência histórica e social está imersa nessa constituição biopolítica, pois quando a criança nasce ela é inserida em regulações que asseguram seus direitos, mas também modulam suas condutas e expectativas. Atuam sobre as crianças e famílias, imprimindo suas marcas e desejos, agentes de propaganda, especialistas em saúde ou finanças, assistentes sociais e educadores que definem quais caminhos elas precisam

seguir. As infâncias reduzem-se à infância institucionalizada, que entra em circuitos e processos de governo, por um tempo cada vez maior e cada vez mais cedo. Essa infância institucionalizada é dividida em etapas, separada por idade, regulamentada pelas condutas e comportamentos instituídos nesses espaços, ou seja, a infância passa a ser alvo do biopoder para que sejam controlada e regulamentada, adequando-a as necessidades da sociedade. Dessa forma, “os indivíduos e as coletividades são cada vez mais investidos por novas tecnologias e mecanismos de governo que fazem de sua formação e de sua educação, num sentido amplo, uma espécie de competição desenfreada [...]” (GADELHA, 2009, p. 180).

Nesse sentido, o neoliberalismo é uma forma dominante de poder constituída na relação com a economia e a prática de ordem social que “emprega técnicas de poder inéditas sobre as condutas e as subjetividades” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 21). O modelo de subjetivação desse sistema neoliberal determina a generalização da concorrência como norma de conduta, desenvolvendo uma forma de vida em que os indivíduos se relacionam consigo mesmos, desenvolvendo um comportamento mercantil, tornando-se a empresa de si mesmos nas relações sociais segundo o modelo de mercado. Tais lógicas mercantis invadem a esfera do Estado e alteram a lógica das políticas públicas. Para a lógica mercantilista de Estado e política pública, investir na Educação significa desenvolver habilidades e competências necessárias para o mundo econômico, mas também globalizado.

As infâncias são, neste entendimento, regulamentadas segundo uma hegemonia padronizada: todos necessitam se desenvolver igualmente, corpos disciplinados e regulados conforme sua faixa etária. As infâncias como potência já não são mais asseguradas, já não se pode fazer experiência com tempo, pois a sociedade está em um tempo acelerado que não é mais o tempo de infância. Talvez as infâncias da potência, experiência e devir estejam em extinção.

3. Método da Pesquisa

A pesquisa se caracteriza como qualitativa, já que a função dessa tipologia de pesquisa é trabalhar com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, além de um olhar mais profundo das relações, principalmente dos processos e dos fenômenos (MINAYO, 2001).

A análise se caracteriza por “[...] organizar e resumir os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação” (GIL, 1999, p. 168). Além disso, a interpretação “[...] procura o sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos” (GIL, 1999, p. 168). Dessa forma, as análises e as interpretações requerem um olhar atento sobre os conceitos para dar mais amplitude à pesquisa.

Para a compreensão da realidade e dos processos metodológicos, incluem-se as concepções teóricas e o conjunto de técnicas, buscando alcançar respostas ao objeto de estudo proposto. Nesse sentido é a metodologia que explicita as opções teóricas fundamentais, expõe as implicações do caminho escolhido para compreender determinada realidade e o homem em relação com ela (MINAYO, 1994).

4. Neoliberalismo e Educação

Para compreender o neoliberalismo cabe discutir e compreender a biopolítica, pois o movimento de constituição do neoliberalismo é demarcado pelas categorias biopolíticas, principalmente na normalização biológica dos seres humanos. Neste sentido, os escritos de Foucault foram fundamentais para compreender o governo dos corpos, da biopolítica, bem como para compreender a transformação da sociedade e o funcionamento dos mecanismos de controle e poder.

O assunto neoliberalismo, inicialmente, pode provocar certa confusão e deixar o pensamento meio perdido, sobretudo a um corpo imerso, moldado e adequado a esse sistema/modelo. Estando imersa nele, pode ser difícil criar o estranhamento necessário para mirá-lo criticamente. Compreendê-lo é complexo, principalmente quando se desconhece algum outro modelo, por ser um corpo que nasceu e se formou nas características neoliberais, em uma sociedade em que o consumismo e a concorrência são fatores considerados determinantes para o sucesso do indivíduo. Nesse modelo social, viver significa ter algo na vida e ser alguém importante. Este discurso costuma marcar a vida inteira das pessoas, com frases: “você precisa estudar para ter um bom emprego, uma boa casa, uma condição de vida boa”. Cabe perguntar por que estamos em um caminho no qual ter é mais importante do que ser? De que adianta termos uma condição financeira boa enquanto outros fatores são deixados de lado, como a desigualdade social ou a felicidade?

Laval (2004) afirma que os anos 1960 e 1970 foram fortemente marcados pela obsessão de fornecer à indústria francesa trabalhadores qualificados, em grande quantidade e futuros consumidores capazes de utilizar produtos mais complexos fabricados pelo sistema industrial. Outros fatores, em particular de natureza ideológica, tiveram um papel importante, a começar pela crença ou identificação progressista do crescimento econômico, da democracia política e do progresso social (LAVAl, 2004). Nasce aí um projeto de classe que

surgiu com a crise do capitalismo de 1970, que fortalecia o poder da classe dominante, com um discurso sobre liberdade individual, autonomia, livre-comércio e concorrência.

O neoliberalismo, cada vez mais inserido no contexto social, não destrói apenas regras, instituições, direitos, mas intensifica e produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades, um modo de vida centrado no sucesso do indivíduo e no mercado financeiro. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos, que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos (DARDOT; LAVAL, 2016).

Nesse contexto, a visão neoliberal consiste na ideia de responsabilizar o Estado pela crise, pois ele produziu um setor público incompetente e com privilégios, ao mesmo tempo em que o setor privado demonstra eficiência e qualidade. Para a referida ideologia, as políticas sociais precisam ser dirigidas e comparadas pela lógica de subordinação às leis do mercado, ou seja, o ideário do Estado mínimo compreende que o Estado é necessário unicamente para atender aos interesses do capital (FRIGOTTO, 1995).

O neoliberalismo consiste em fomentar o crescimento econômico em detrimento da política social. Nesse modelo de sociedade, é necessário automatizar processos, massificar os modelos educacionais, formar mão de obra barata, diminuir os direitos dos trabalhadores, entre outras estratégias que aumentem o retorno financeiro da elite que controla o poder econômico. Para, além disso, o neoliberalismo define como forma de vida uma relação de competição generalizada, fazendo com que os assalariados e as populações entrem numa luta econômica uns com os outros, ampliando as desigualdades sociais (DARDOT; LAVAL, 2016).

A ideologia neoliberal contemporânea trata, fundamentalmente, do modelo econômico que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa privada. Nesse projeto de sociedade, percebe-se que o pensamento “neoliberal pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17). Esse pensamento vem se ampliando fortemente em todo o mundo, de maneira mais forte em alguns países, mais silenciado em outros, sendo fortemente inserido nas atitudes individualistas ou meritocráticas, moldando nossos corpos ao paradigma neoliberal. A Educação insere-se nesse contexto na medida em que grandes corporações internacionais

passam a adquirir universidades e escolas ao redor do mundo, determinando currículos, definindo práticas educacionais e métodos de avaliação, bem como impondo materiais didáticos universalizados, sem visão ou proposta de contexto local e social. Igualmente, essa visão sobre a infância passa a prevalecer, pois impacta na forma como as famílias educam seus filhos.

A vertente neoliberal se encaixa nos processos de sobrevivência, já que “os menos aptos, os mais fracos, serão eliminados por aqueles que são mais adaptados, mais fortes na luta” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 53). Trata-se de um modelo que enfatiza a desigualdade social e amplia os processos de concorrência, não somente no mercado, mas nas relações que se tem em sociedade. Não à toa, cada vez mais cedo, os pais inserem seus filhos em formação complementar, em práticas esportivas, em línguas estrangeiras, em estudos de português ou matemática, entre outras tantas opções disponíveis no mercado. Essa prática enfatiza uma vez mais o poder econômico, pois produz uma subjetividade na qual, quem tem maior poder aquisitivo, em tese, prepara melhor seus filhos para a visão do mundo neoliberal. Os mais privilegiados são os que produzem mais, gastam mais e investem e acreditam no neoliberalismo como um sistema que produz indivíduos de “sucesso”. Dessa forma, existe um processo de seleção discriminatório, eliminando quem não consegue acompanhar essa máquina, uma vez que “esse modelo não faz mais da troca um meio de se fortalecer, de melhorar; ele faz dela uma prova constante de confronto e sobrevivência” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 53).

Assim, no neoliberalismo a justiça fundamenta-se nesse movimento de mérito e habilidades, focados na luta pela recompensa, ou seja, quem não conseguir por mérito deve se culpar e esse fracasso é apenas resultado de si mesmo. É um processo violento no quais “os que fracassam devem isso apenas a sua fraqueza e a seu vício” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 55). Tais pensamentos vão forjando o corpo desde o nascimento de uma criança, pois o objetivo central do neoliberalismo se fundamenta em “restabelecer incessantemente as condições da livre concorrência ameaçada por lógicas sociais que tendem a reprimi-la para garantir a ‘vitória dos mais aptos’” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 86).

O neoliberalismo intensifica que “o mercado educativo é, com efeito, uma máquina para discriminar as crianças das classes populares” (LAVAL, 2004, p. 172). Uma realidade escancarada; porém, de certa maneira, isso não importa, já que no fundo estamos olhando

para a nossa realidade e desejando que o outro também consiga. Entretanto, a realidade é que não conhecemos a vida do outro, pois só estamos preocupados em olhar para a nossa vida e conquistas. Nesse sentido, "a desigualdade frente à escola não é mais somente fruto de uma seleção pela escola, ela é o resultado das condições desiguais de escolha da escola" (LAVAL, 2004, p. 172).

Em contrapartida, enquanto educadoras e educadores, desejamos que a educação funcione que tenhamos crianças melhores, que transformem o mundo, que sejam respeitadas. Os discursos estão sendo lindamente reproduzidos, mas a prática da vida cotidiana das pessoas é uma aceleração do tempo para conquistar coisas, podendo passar uma vida toda querendo conquistar uma coisa que nunca iremos conseguir. Se de alguma maneira tivéssemos deixado aquela criança/infância entrar em nossas vidas e não sair, possivelmente estaria questionando as coisas e o que acontece com as pessoas no mundo. Para as crianças, o mundo não se faz pela competitividade neoliberal, o mundo é compartilhar, é experienciar, é brincar e criar com as coisas mais simples do mundo, seja terra, areia, água, flores, folhas, "dessa forma, a escola iguala a todos os seus habitantes em função de sua relação com o tempo vivido. Aqueles que habitam a escola são iguais em relação ao tempo livre que dispõem" (KOHAN, 2015, p. 134).

No sistema neoliberal de produção, portanto, torna-se necessário instrumentalizar o saber sobre a vida, o controle sobre a inserção da população nos processos de produção, ajustando, assim, os fenômenos naturais como o nascimento, à reprodução e a morte, aos processos econômicos. O objetivo é controlar as consequências dos fenômenos naturais de modo que elas signifiquem ganhos econômicos. Assim, "o que se produziu por meio da atuação específica da biopolítica não foi mais apenas o indivíduo dócil e útil, mas a própria gestão calculada da vida do corpo social" (DUARTE, 2010, p. 222).

A ideologia neoliberal é marcada fortemente por propostas que sintetizam uma reforma do Estado, na qual a privatização das empresas, a abertura dos mercados, a busca pela qualidade total, a intensificação da produtividade e do lucro são elementos centrais da empresa. A partir desse pensamento, todas as instituições são cooptadas a cooperar com esse modelo, principalmente a instituição escolar que tem papel fundante na formação de indivíduos, para que sejam sujeitos a viver e contribuir com a perpetuação dessa ideologia. Há

que se lembrar de que toda e qualquer ideologia prescinde dos processos educacionais e da influência sobre a infância para manter-se hegemônica.

5. Neoliberalismo e Infância

Sobre a arte neoliberal de governar constata-se que “[...] desenvolve estratégias, mecanismos e procedimentos especificamente voltados para o controle e a regulação das populações infantis, e que esse controle e essa regulação se ajustam ao governo de outros segmentos da população [...]” (GADELHA, 2010, p. 123). Na medida em que se ampliam a comercialização do consumo e da concorrência, a infância vai se inserindo nesse modelo que podemos chamar de “infância empreendedora” (GADELHA, 2010. 123).

A compreensão sobre as infâncias empreendedoras é permeada por uma adultização consumista e produtiva, uma forma de “sequestro da infância”, caminhando para um “desaparecimento da infância”, como cita Gadelha (2010, p. 124). A forma neoliberal de olhar a infância demonstra um empobrecimento, reduzindo as infâncias a uma infância, bem como um empobrecimento da vida e reforça uma comercialização da mesma (GADELHA, 2010). Em outras palavras, "trata-se de um etos de infância induzida: uma infantilização que está intimamente associada às demandas do capitalismo de consumo numa economia de mercado global” (BARBER, 2009, p. 13).

As infâncias são constituídas em casa, nas instituições escolares, na sociedade em geral, para estar nesse movimento de sempre “ter” mais e “saber” mais que o outro. As infâncias são inseridas nesse processo de avaliação, no qual, em muitas instituições, as crianças seguem apostilas, aprendem a ler mais cedo, são formatadas a fazerem as mesmas coisas. Quando a educação está vinculada ao modo produtivo do mundo, as infâncias são abandonadas, cada vez mais cedo, “[...] a escola já não é o lugar de escola, scholé, divisão igualitária de tempo, separação de um tempo escolar livre ‘improdutivo’ frente a um tempo produtivo” (KOHAN, 2015, p. 136).

Infâncias que são chaves não somente do corpo produtivo, mas dos brinquedos que se renovam a cada mês, delimitando faixas etárias específicas para cada um. Os resultados assinalam que “[...] as crianças estariam deixando de brincar, de sonhar e de inventar seus próprios brinquedos [...]” (GADELHA, 2010, p. 133). Os sistemas competitivos de avaliação, a preocupação com os números parece solapar toda energia e investimentos, “[...] ao passo

que a escola, de tão preocupada em formar alunos competitivos para o mercado, já não lhes ofereceria o menor prazer nas atividades pedagógicas [...]” (GADELHA, 2010, p. 133).

Dessa forma, promove-se a ideia de que as infâncias devem ser preparadas para empreender, desde muito cedo, numa lógica individualista e de mercado Baseada numa lógica da governamentalidade, as infâncias, como produto da “fábrica do sujeito neoliberal” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 321). São, incessantemente, permeadas pelos embates e negociações, tanto no discurso público, como nos relacionamentos pessoais. O sucesso que o modelo neoliberal enfatiza são projetos individuais decorrentes da capacidade de empreender a si mesmo desde as infâncias. Nesse sentido, faltam espaços para infâncias que atravessam “a vida toda como uma forma que lhe outorga curiosidade, alegria, vitalidade” (KOHAN, 2019, p. 161).

As propostas pedagógicas frequentemente seguem uma lógica de repetição e reprodução, principalmente de conteúdo, como a forma de se trabalhar com os saberes. O silenciamento e o bom comportamento limitam o diálogo e se fundamentam na repetição, tendo como objetivo a fixação dos conteúdos, além de estimular um comportamento dócil e disciplinado, afinal “um corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente” (FOUCAULT, 2014, p. 150).

Assim, a escola torna-se um lugar em que não se perde tempo para aprender coisas, explorar as possibilidades de uma educação que olhe para todos e inclua todos. Verifica-se uma separação em dois lados. De um lado, as infâncias enfatizam “a criação, a invenção, o pensamento, a vida, a liberdade” (KOHAN, 2015, p. 70). Na constituição das infâncias a partir da filosofia são identificados alguns aspectos, mas não a criança como um todo, em seu devir. De outro lado, a Instituição Escolar, a escolarização, enfatizando “[...] a reprodução, a imitação, a opinião, o servilismo” (KOHAN, 2015, p. 70).

A Educação Infantil, de certo modo, ainda é considerada um momento em que as crianças podem ser crianças e, de certo modo, viver as infâncias. Porém, no final dessa etapa, já que ainda separamos etapas das crianças em tempos, elas estão sendo preparadas para a escola, demarcada pela obediência e reprodução de conteúdo, “o controle disciplinar não consiste em ensinar ou impor uma série de gestos definidos; impõe a melhor relação entre gesto e atitude global do corpo, que é a sua condição de eficácia e de rapidez” (FOUCAULT, 2014, p. 149).

Nesse sentido, as infâncias estão sendo inseridas no processo de escolarização. Com isto, são automaticamente inseridas em um sistema pedagógico que impossibilita a emancipação, pois usa a repetição e a explicação como forma de conhecimento. Numa escola de repetição, a emancipação não acontece, nem a reflexão sobre a sociedade. A emancipação intelectual afeta a relação social e a conduta humana, visto que realça o valor da liberdade no exercício de pensar e torna possível o sujeito fazer de todo o trabalho um meio de expressão, na medida em que compartilha com o outro suas aprendizagens (RANCIÈRE, 2019).

A escola como principal responsável pelo acesso e vivência das infâncias, deve ser um espaço livre, de formação, para viver cada experiência, descobrir as diversas infâncias e potencializar cada criança em sua singularidade, diversidade. Avançaram-se tanto nas pesquisas sobre as infâncias, precisamos ser voz e dar a voz para que essas infâncias não sejam empreendedoras de si, mas que saibam cuidar de si para poder cuidar de todos. Uma infância do filosofar, dos iguais que sejam diferentes, mas que sejam infantes, garantindo que “a educação é para todos ou não é educação revolucionária” (KOHAN, 2015, p.85).

6. Considerações finais

A educação e todos que fazemos parte dela estão imersos nessa lógica mercantil. Por isto não conseguimos fazer uma reflexão e um distanciamento para com as práticas e valores, já que esses mecanismos de controle são invisíveis, dando a ideia de autonomia e liberdade. Essa liberdade e autonomia assumem papéis essenciais para a lógica neoliberal, fazendo os indivíduos crerem em uma relação de potência. Mas trata-se de uma potência com um único objetivo: o mercantil.

A partir desse objetivo neoliberal, todos são marcados por esse modelo, desde o indivíduo, empresas, mas principalmente a instituição escolar que tem papel fundamental na formação dos indivíduos. Com isso, essas ideologias têm como projeto manter as infâncias/crianças numa relação de igual, mas, como disse, essa relação nada mais é do que uma relação falsa, já que é a homogeneização de todos, independentemente do contexto de vida.

A Filosofia das Infâncias, frente ao neoliberalismo, é uma forma de resistência, já que ela questiona, pergunta, inventa, cria e possibilita reflexão acerca das práticas educativas. Para, além disso, a filosofia permite-nos a experiência como forma de transformação, principalmente social, já que se entende que a vida humana não é nada sem a presença da

outra pessoa, ou seja, eu só existo porque existem outras pessoas. Então, a lógica neoliberal mostra seus limites no campo da educação, principalmente porque a filosofia da infância é coletiva, indiferentemente da classe social, da etnia, da religião.

Referências

BARBER, R. Benjamin. **Consumido**: como o mercado corrompe crianças, infantiliza adultos e engole cidadãos. Tradução de Bruno Casotti. Rio de Janeiro: Record, 2009.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault** – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução de Ingrid Muller Xavier; revisão técnica Alfredo Veiga Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, André. **Vidas em risco**: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel; SENELLART, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação**: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GADELHA, Sylvio. Governamentalidade Neoliberal e instituição de uma infância empreendedora. In: KOHAN, Walter Omar. **Devir-criança da filosofia da educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KOHAN, Walter Omar. **O mestre inventor**. Relatos de um viajante educador. Trad. Hélia Freitas. 1. ed, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

KOHAN, Walter Omar. **Paulo Freire, mais do que nunca**: uma biografia filosófica. Belo Horizonte: Vestígio, 2019.

LARROSA, Jorge. **Tremores**: escritos sobre experiência. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa**. O neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Trad. Mana Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Editora Planta, 2004.

MINAYO, S.F. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009

RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

Sobre os autores

Ketlin Braatz

Mestre em Educação no Programa de Pós Graduação da Universidade Regional de Blumenau - Santa Catarina (FURB), na linha de pesquisa Educação, Cultura e Dinâmicas. Sociais. Formada em Pedagogia pela Universidade Regional de Blumenau. Atualmente é orientadora pedagógica no município de Ascurra.

E-mail: kbraatz26@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1397-6737>.

Celso Kraemer

Licenciado em Filosofia pela UNIFEBE de Brusque (1990), mestrado em Educação pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (2003) e doutorado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2008). Professor titular da Universidade Regional de Blumenau desde 1991, lotado no Departamento de Ciências Sociais e Filosofia e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, atuando área de Filosofia da Educação, Epistemologia da Educação. Docente na Faculdade São Luiz desde 2002. Líder do Grupo de Pesquisa Saberes de Si, vinculado ao PPGE/FURB.

E-mail: kraemer250@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2406-9638>.

Recebido em: 05/12/2022

Aceito para publicação em: 20/01/2023